

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	3
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	4
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	6
2.5 Medições não contábeis	7
2.6 Eventos subsequentes as DFs	8
2.7 Destinação de resultados	9
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	10
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	11
2.10 Planos de negócios	12
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	13
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	14
5.2 Descrição dos controles internos	15
5.3 Programa de integridade	17
5.4 Alterações significativas	18
5.5 Outras informações relevantes	19

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

A Companhia continua seu processo de melhora nos principais indicadores econômico-financeiros: tivemos crescimentos de 25,47% no faturamento bruto e de 24,84% na receita líquida; de 12,72% no lucro bruto; de 3,97% no EBIT; de 17,46% no EBITDA.

Em 02/03/2023 assinamos Acordo de Transação Tributária com a PGFN – Procuradoria de Fazenda Nacional, fazendo com que houvessem ajustes de passivos tributários causando elevação na despesa financeira que totalizou R\$ 19,74 milhões. Eliminando os ajustes da Transação Tributária de R\$ 17,02 milhões, as despesas financeiras operacionais totalizaram R\$ 2,71 milhões representando um aumento de 9,97% em relação ao exercício de 2021.

O prejuízo líquido consolidado de R\$ 12,70 milhões reflete os ajustes do do Acordo de Transação Tributária. Eliminando-se este ajuste o prejuízo líquido para fins de comparação com o exercício anterior foi de R\$ 1,92 milhões – elevação de 17,28% em relação aos R\$ 1,64 milhão do ano de 2021.

Mantivemos o nível de liquidez corrente em 1,45x na controladora e de 1,32x no consolidado ainda influenciado pelo passivo circulante de curto prazo referente a débitos com ICMS que estão em processo de renegociação.

Este desempenho operacional no ano de 2022 proporcionou à Companhia alcançar R\$ 91,79 milhões de faturamento bruto em comparação aos R\$ 73,37 milhões do ano de 2021. O EBITDA em 2022 foi de R\$ 2,0 milhão contra R\$ 1,7 milhão no ano de 2021.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. Hipóteses de resgate

Não se aplica.

ii. Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Na data de 03 de setembro de 2017 foi deferida a alienação do ativo imobiliário da Companhia em Sapucaia do Sul – RS pelo valor de R\$ 17.000. As condições de pagamento são: R\$ 500 no ato da autorização da proposta; R\$ 500 em 30 dias após no ato da imissão da posse pelo adquirente; R\$ 1.500 quando da escritura definitiva no Registro de Imóveis de Sapucaia do Sul – RS; 50 parcelas de R\$ 250 corrigidas pela TR depositadas sempre a cada dia 10 após o pagamento das duas primeiras parcelas da proposta; 10 parcelas de reforço no valor de R\$ 200 semestrais a partir de maio de 2018 com a última em maio de 2022. Os recursos são depositados em juízo e a liberação aos credores obedecerá a ordem cronológica estabelecida no Termo de Acordo entre Companhia e Sindicato dos Trabalhadores protocolado na primeira semana de outubro de 2015 relacionando todos os credores trabalhistas e quirografários e seus respectivos créditos a serem pagos com a respectiva venda.

Com o aporte de capital de aproximadamente R\$ 22,0 milhões durante o ano de 2021 e de R\$ 3,8 milhões em 2020 e ainda, com nova operação de capitalização iniciada em 21/12/2022, a condição financeira e operacional da Companhia melhorou significativamente e deverá ter condições, nos próximos anos, para a fazer frente ao volume de passivos já contratados.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Não se aplica.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Não se aplica

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não possui contratos de empréstios e financiamentos relevantes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide explicação acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não se aplica.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

em R\$ 000 - Consolidado	2022	2021	2020	2019	2018
Receita Bruta de Vendas e Serviços	91,795	73,373	35,165	23,018	5,576
(-) Impostos e Devoluções	(17,704)	(13,812)	(6,650)	(4,358)	(1,114)
Receita Líquida	74,091	59,561	28,515	18,660	4,462
(-) CPV	(65,067)	(51,539)	(22,878)	(14,281)	(3,801)
Lucro Bruto	9,024	8,022	5,637	4,379	661
(-) Despesas com Vendas	(3,499)	(2,520)	(1,212)	(578)	-
(-) Despesas Administrativas	(5,397)	(4,670)	(3,725)	(3,331)	(1,532)
(+/-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais (Nota 21)	6,981	-	(38)	(230)	(4,116)
(+/-) Ajustes Transação Tributária (Nota 21)	(6,244)	-	-	-	-
=EBIT	865	832	662	240	(4,987)
(+) Depreciação/Amortização	1,146	880	756	669	303
=EBITDA	2,011	1,712	1,418	909	(568)
Margem EBITDA - %	2.7%	2.9%	5.0%	4.9%	-12.7%
Lucro (Prejuízo) Líquido - Consolidado	(12,699)	(1,635)	(1,369)	(3,463)	(13,052)
Lucro (Prejuízo) Líquido - Controladora (Recrusul S/A)	(12,844)	(1,635)	(1,388)	(3,497)	(13,024)
Ativo Total - Consolidado	58,155	66,205	44,051	38,820	40,979
Patrimônio Líquido - Consolidado	(5,678)	(41,185)	(64,875)	(67,262)	(63,929)
Patrimônio Líquido - Controladora (Recrusul S/A)	(5,533)	(40,976)	(61,341)	(63,787)	(60,477)
Endividamento (PP, Tributário e Empréstimos) - Consolidado	58,384	97,638	100,100	99,146	95,407
Endividamento (PP, Tributário e Empréstimos) - Controladora	51,245	80,756	83,388	82,068	78,947
Número de Funcionários - Consolidado	129	145	75	53	26
Receita Líquida/Funcionário - Consolidado	574.3	410.8	380.2	352.1	171.6
PP - Plano de Parcelamento					

OBS.: A rubrica Outras Despesas Operacionais encontrampse detalhadas nas Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. a. Resultados das operações do emissor:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Já citadas no item 10.1.h.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Já citadas no item 10.1.a.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Não se aplica.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

Não se aplica.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na elaboração das demonstrações financeiras já estão consideradas as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, as quais modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houveram.

c. Ênfases presentes no parecer do auditor

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Recrusul S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

A Companhia retomou as suas atividades operacionais a partir de maio de 2018, tendo alcançado o faturamento líquido consolidado de R\$ 74.091 mil no exercício (R\$ 59.561 mil em 2021), mas ainda incorreu em prejuízos operacionais nos últimos exercícios, mesmo apresentando patrimônio líquido de R\$ 5.353 mil, ainda apresenta deficiência de capital de giro em 2022. Apesar da retomada das atividades operacionais a partir de maio de 2018, esses eventos ou condições ainda podem indicar a existência de incerteza quanto à capacidade de retomada das atividades operacionais aos níveis adequados ao equilíbrio econômico financeiro da Companhia.

Entretanto, a Companhia possui uma carteira de pedidos ativa, fato este que vem mitigando novos riscos com relação a capacidade de retomada operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase – Parcelamentos de tributos federais

Conforme descrito na nota explicativa 14, em 01 de março de 2023 a Companhia e suas controladas optaram por incluir seu passivo tributário federal no Acordo de Transação Individual previsto na lei nº 13.988/2020 e Portaria PGFN nº 6.757/2022. O passivo deverá ser pago em 120 parcelas mensais e escalonadas, sendo assim a capacidade de pagamento do parcelamento depende da geração de caixa futura da Companhia e suas controladas, o não cumprimento das regras estabelecidas na Transação pode resultar em uma possível exclusão dos parcelamentos, com consequente recomposição dos saldos, acrescidos de juros e multas definidos nas obrigações originais. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia adquiriu em 2019 a empresa Maxxibrasil Indústria de Tratores Agrícolas Ltda. e, iniciou, apesar de ainda incipiente no contexto geral de faturamento e resultados, suas operações no ano de 2021 fazendo com que esta nova linha de produção possa contribuir para o crescimento do faturamento e diluição de custos fixos do Grupo Recrusul.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c. Eventos ou operações não usuais

Não se aplica.

2.5 Medições não contábeis

A Companhia, habitualmente, não divulga medições não-contábeis. Entretanto, com o objetivo de prover o mercado com maior transparência sobre o desempenho econômico-financeiro da empresa, poderemos adotar durante os próximos exercícios sociais medidas não contábeis tais como o EBITDA (*earnings before interest taxes depreciation and amortization*) que é o equivalente ao LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização), que acreditamos ser uma medida de desempenho apropriada para mensuração financeira do resultado das operações, oferecendo uma visão clara e objetiva da geração financeira de caixa da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Em 02/03/2023, a Companhia e suas controladas efetivaram, pagamento da primeira parcela do Acordo de Transação Individual (“Acordo”) com a PGFN – Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/2020 e Portaria PGFN nº 6.757/2022.

O valor total dos débitos englobados em tal Acordo foi de R\$ 156,05 milhões e o saldo final após os descontos e o aproveitamento de créditos de prejuízo fiscal e utilização da base negativa da contribuição social, consolidou um passivo tributário da ordem de R\$ 30,13 milhões.

O prazo de pagamento dos débitos tributários será de até 120 meses, acrescido da variação da SELIC. Os pagamentos serão feitos de forma escalonada com objetivo de adequar o saldo do passivo tributário federal a real capacidade de pagamento da Companhia.

Este importante ajuste em nossa estrutura de capital, englobando os passivos que representavam maiores valores em termos de débitos tributários, permitirá à Companhia continuar centrando seus esforços em sua expansão industrial e comercial em um supercompetitivo setor de implementos rodoviários.

2.7 Destinação de resultados

Não se Aplica

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não se aplica.

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iv. Contratos de construção não terminada

Não se aplica.

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em 02/03/2023, a Companhia e suas controladas efetivaram, através do pagamento de boleto bancário, da primeira parcela do Acordo de Transação Individual ("Acordo") com a PGFN – Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme Lei nº 13.988/2020 e Portaria PGFN nº 6.757/2022.

O valor total dos débitos englobados em tal Acordo é de R\$ 156,05 milhões e o saldo final após os descontos e o aproveitamento de créditos de prejuízo fiscal e utilização da base negativa da contribuição social, consolidou um passivo tributário da ordem de R\$ 30,13 milhões. O prazo de pagamento dos débitos tributários será de até 120 meses, acrescido da variação da SELIC. Os pagamentos serão feitos de forma escalonada com objetivo de adequar o saldo do passivo tributário federal a real capacidade de pagamento da Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Caso a Companhia não consiga adimplir os pagamentos do parceamento do Acordo de Transação Tributária citada no item 10.8.b, os respectivos valores originais de R\$ 156,05 milhões deverão ser contabilizados em nosso passivo tributário, o que poderá acarretar em nossos demonstrativos de resultados despesas equivalentes ao valor contabilizado como novo passivo tributário.

b. Natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

2.10 Planos de negócios

2.10. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia concentrará seus esforços no aumento da produção sem a necessidade de novos investimentos.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

Não se aplica.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não se Aplica

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Não se aplica.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia utiliza o sistema de ERP TOTVS Datasul para executar todos os controles e fluxos internos que variam desde o processo de produção, vendas, compras e controladoria. Para elaboração das demonstrações financeiras a prática é a adoção da revisão de lançamentos contábeis, que contempla análise e conciliação das contas dos grupos de receitas, estoques, despesas, custo etc., tendo como base premissas de monitoramento e cruzamento das informações. No final desse processo, as demonstrações financeiras são apreciadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia.

Eventuais imperfeições dos controles são tratadas primeiramente em nível operacional e, num segundo momento, podem envolver áreas de apoio, como a Controladoria, visando aprimorar os controles estabelecidos, ou ainda propor que novos procedimentos sejam criados de modo a fortalecer a estrutura de controle. A Diretoria acompanha o processo de elaboração, avalia e aprova as demonstrações financeiras, que são revisadas pela auditoria independente. Antes da divulgação, as demonstrações financeiras são aprovadas pelo Conselho de Administração.

A administração considera os controles internos satisfatórios, garantindo confiabilidade das demonstrações financeiras.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Cada área e instância desempenha papel relevante no fornecimento dos dados que subsidiarão a elaboração das demonstrações financeiras. Em um primeiro momento, os controles internos estão a cargo dos gerentes e coordenadores operacionais que administram os processos em suas respectivas áreas e instituem controles visando mitigar potenciais riscos de falhas. Cabe a eles supervisionar os processos e adotar ações corretivas para resolver eventuais deficiências que venham a ser detectadas nos controles de apuração dos dados.

Em segunda instância, a área de Controladoria monitora os controles executados pelos gerentes e coordenadores operacionais. Esta área consolida os dados e avalia a performance e os indicadores que auxiliam na gestão. O processo é acompanhado pela Diretoria que se reporta ao Conselho de Administração da Companhia.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Administração da Companhia mantém um acompanhamento constante dos fatores de risco, visando assegurar com maior grau de confiança a elaboração das Demonstrações Financeiras.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A Administração da Companhia informa que recebeu o Relatório de Circunstanciado dos auditores independentes referente ao exercício de 2023, e não há pontos significativos a serem reportados.

5.2 Descrição dos controles internos

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Diretoria tem conhecimento do relatório e, portanto, das deficiências apontadas em seus controles internos e vem trabalhando com as diversas áreas em planos de ação para adequar os processos. Contudo, a Administração da Companhia informa que referente ao Exercício de 2023 não há pontos significativos a serem mencionados.

5.3 Programa de integridade

Não se Aplica

5.4 Alterações significativas

Não se Aplica

5.5 Outras informações relevantes

Não se Aplica